



FOLHETIM ERER

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS



O folhetim **ERER** tem como objetivo contribuir para a prática docente e disseminar boas ações desenvolvidas na rede estadual das escolas da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte. Este é um espaço para reflexão e diálogo, visando a promoção da temática das **Relações Étnico Raciais e Educação Antirracista**.



sumário

→ Boas Vindas da Dirigente Regional - p.2

→ Fique por Dentro - p.3
Novidade na Lei de Injúria Racial.
O que muda?



→ Entrevista na Rede - Profª Nivaldete Souza - p.4

→ Por dentro da legislação - Fundação Nacional dos Povos Indígenas - p.7

→ História - Primeiro Ministério dos Povos Indígenas se torna realidade no Brasil - p.9

→ Tem + na mídia - De onde vieram os povos indígenas? p.11

→ Dicas de Leituras p.12

→ Dicas de Cultura p.14



Boas Vindas da Dirigente Regional

Professora Vera de Jesus Curriel
Dirigente Regional de Ensino - Diretoria
Guarulhos Norte



É com grande alegria que retomaremos as publicações do Folhetim ERER - Educação para as Relações Étnico Raciais. Nosso compromisso é promover uma educação de qualidade, pautada na inclusão, igualdade e equidade em todo o seu percurso. Entendemos que a Trilha Antirracista deve estar incluída nesse processo, por isso convidamos você a contribuir com sugestões neste canal que é democrático e está aberto a todas as pessoas que lutam pelos direitos a todos!

Boa leitura!

SANCIONADA LEI QUE EQUIPARA INJÚRIA RACIAL AO CRIME DE RACISMO

FONTE: AGÊNCIA SENADO



Foi sancionada a lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão (Lei 14.532, de 2023). A norma é fruto do substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS), que ampliou as situações que podem ser enquadradas para o contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais. Enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo.

Marcella Cunha - 16/01/23

Assista ao vídeo, exibido na TV Brasil - 18 de nov. 2021

<https://www.youtube.com/watch?v=NBPx9VVwjEc&t=94s>.

Existe diferença entre injúria racial e racismo? Uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal e uma série de casos de grande repercussão jogaram mais luz sobre esse debate.

<http://tvbrasil.ebc.com.br/>



Entrevista com a **Professora Nivaldete de Souza.**



Tivemos o prazer de conversar com a Professora Nivaldete de Souza, uma mulher com muitos talentos, simpatia e 34 anos dedicados ao serviço público e ao magistério. Iniciou sua trajetória profissional em sala de aula como Professora de Anos Iniciais, seguiu para os Anos Finais e Ensino Médio. Foi também Coordenadora Pedagógica, Vice-Diretora e Diretora de Unidade Escolar, além de alfabetizar muitos estudantes e formar outros professores. Ela continua se especializando, atualmente cursa Direito. Certamente uma referência para vários profissionais da educação!

Nos conte um pouco da sua trajetória profissional.

Estou na área da Educação desde 1989, atuei durante 15 anos em sala de aula. Fui PEB I, Coordenadora de anos iniciais, professora de anos Finais e Ensino Médio. Tive oportunidade de lecionar nas antigas Telessalas, como também no EJA/ensino de jovens e adultos. Foi uma experiência maravilhosa, ensinar nos anos iniciais, muito marcante em minha vida, pois é o momento de formar o cidadão. Penso que é importante a conscientização de valorização desses profissionais, que se dedicam ao extremo na alfabetização de nossas crianças.

Estive como diretora de escola do período de 2000 à 2018, tive a oportunidade de conhecer várias realidades em diferentes contextos. Me apaixonei por cada unidade escolar que passei. Aprendi fazendo, tive grandes e especiais parceiros e parceiras de trabalho, e procuramos juntos fazer a diferença. Ensinei, mas também aprendi muito com todos eles. Em 2014 ingressei no segundo cargo de PEB II, trabalhei concomitante entre direção e sala de aula. Em 2018 me aposentei da direção e atualmente prossigo minha jornada como vice-diretora na E.E.PEI Prefeito Waldomiro Pompêo.

Apesar da legislação garantir direitos aos povos de origem africana e indígena, você tem observado mudanças na prática?

Percebo que, apesar da Lei Nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 e, do Ministério da Educação publicar em 2004 a Diretriz Nacional para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – Brasileira e Africana através da qual confirma a necessidade de políticas de reparação bem como busca a desmistificação da democracia racial no país.

O texto explicita uma série de equívocos comuns no momento da abordagem da questão racial e direciona os professores quanto ao tratamento adequado ao tema. Também a UNESCO, em parceria com o MEC e com a Universidade de São Carlos (UFSCar), publicou em 2010, a versão em português da coleção completa da História Geral da África Uma obra de oito volumes produzidos por mais de 350 especialistas. Essa obra capitaneada pela UNESCO já foi publicada em diversos idiomas com objetivos de ampliar o conhecimento sobre outras civilizações e culturas permitindo uma melhor compreensão e enfrentamento aos conflitos raciais.

Dessa maneira, percebo que boa parte da sociedade se mobiliza na tentativa de conscientização da importância do povo preto na construção da sociedade. Porém, também é notório as questões de preconceito velado na atualidade. As questões raciais têm sido temas muito marcantes na atualidade. O simples fato da cor da pele muitas vezes tem sido fator de muitas injustiças e abuso de poder. Apesar de muitas tentativas para incluir o tema no currículo Escolar, ainda é falho e só iremos obter um resultado que responda à sociedade quando o tema de fato for discutido, explorado, debatido.

Já presenciou atitudes preconceituosas?

Sim. O preconceito está explícito ao negro todos os dias. Infelizmente ainda temos mentes doentias em que a figura do negro ou é bandido ou empregada doméstica. Já presenciei e mediei muitos conflitos racistas entre alunos. Já tive conversas profundas com eles. Fiz a justiça restaurativa, como um trabalho de reflexão. Falo sobre a questão da empatia, dos direitos e deveres, do ser humano no sentido amplo da palavra. Debato sobre as questões do preconceito que muitas vezes temos sem conhecer o outro. O Brasil teve 300 anos de escravidão. Lamentável é saber que após 135 anos da abolição ainda temos que carregar as correntes de um passado doloroso, que muitos de nossos ancestrais trabalharam e deram seu sangue sem retorno algum, para a construção dessa sociedade que aqui está.



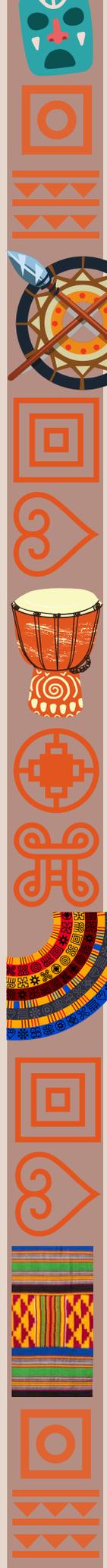
Entrevista com a **Professora Nivaldete de Souza,**

Na escola lidamos com várias diferenças, pode contribuir com suas experiências?

Sim lidamos com as questões de preconceitos raciais, homofobia, intolerância religiosa entre outros. Cabe a nós educadores orientá-los da melhor maneira e contar com a parceria da família, quando possível. Fazer um trabalho de conscientização, palestras, teatro, roda de conversa, tudo o que venha agregar para sua aprendizagem e para sua vida.

Agradeço o convite e participação neste folhetim e desejo que cada vez mais pessoas possam contribuir por mais igualdade e equidade em nossa sociedade!

Professora Nivalde Souza, abril 2023



Funai passa a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GOV.BR - PUBLICADO EM 02/01/2023 15H17



FOTO: MÁRIO VILELA/FUNAI

O órgão federal responsável pela política indigenista brasileira passou a ser denominado Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). A mudança consta na Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece a organização dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios.

Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, a Funai é a principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Antes vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, a autarquia integra agora a estrutura do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas.

Cabe à Funai promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A Funai também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados.

É ainda, seu papel promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Nesse campo, a Funai promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.

Compete também ao órgão estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

A atuação da Funai está orientada por diversos princípios, dentre os quais se destaca o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico.

Indígena na Presidência

Pela primeira vez em 55 anos de história a Funai será presidida por uma mulher indígena. A advogada Joenia Wapichana estará à frente da Fundação. Joenia tem bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Mestrado em Direito Internacional pela Universidade do Arizona. Natural de Boa Vista, estado de Roraima, acumula uma longa trajetória de defesa dos povos originários. Ela foi a primeira mulher indígena a exercer a advocacia no país e também a primeira deputada federal indígena do Brasil.



PRIMEIRO MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS SE TORNA REALIDADE NO BRASIL

Fonte: SINPRO-DF



FOTO: ERALDO PERES/AP

A posse da ministra Sônia Guajajara é um marco na história do Brasil. Pela primeira vez, um governo eleito institui, no País, o Ministério dos Povos Indígenas. A novidade não para por aí. Ao mesmo tempo, o governo recria o Ministério da Igualdade Racial e retoma a luta antirracista no âmbito do Estado nacional. Nos governos anteriores, a causa racial era atendida pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Com status de ministério, essas duas causas sociais ganham cota financeira no Orçamento Público da União. E isso muda tudo. Outra ação que muda muita coisa é o fato de os dois ministérios terem duas mulheres em seu comando.

A criação dos dois ministérios é fundamental para a implantação de novas políticas públicas para esse setor e para a retomada de outras políticas sociais abandonadas e até extintas pelo governo anterior. Com os dois ministérios, o Brasil passa a valorizar, no âmbito da União, as maiorias historicamente minorizadas, um passo importante na busca pela justiça social. Rosana Lucia Pereira de Moraes, professora de Atividades da Escola Classe 11 de Sobradinho, Distrito Federal, vê a criação desses ministérios como uma ação que irá subsidiar a atuação da categoria no chão da escola.

HISTÓRIA | PRIMEIRO MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS SE TORNA REALIDADE NO BRASIL

Fonte: SINPRO-DF



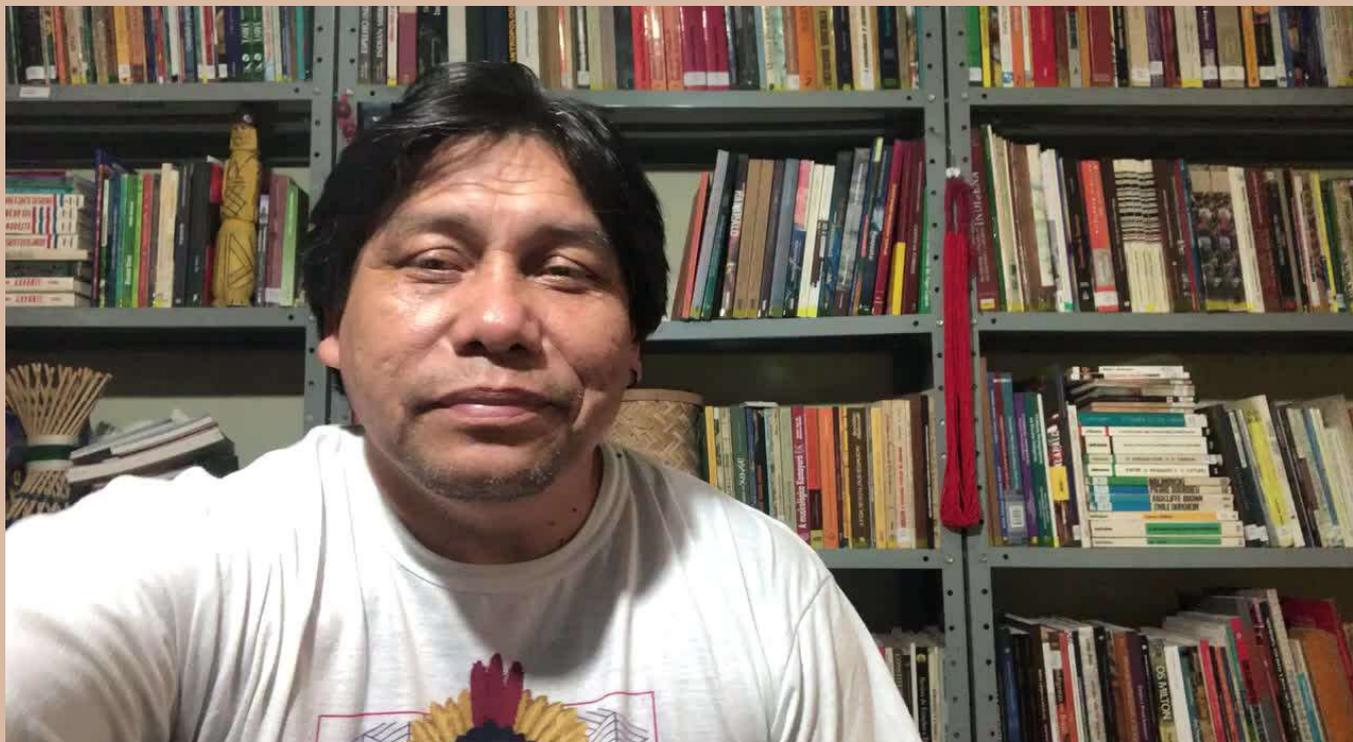
FOTO: ERALDO PERES/AP

Anielle, irmã de Marielle Franco, é ministra da Igualdade Racial

Há dois meses de se completar 5 anos do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, Anielle Franco, irmã da vereadora, assume o cargo de ministra da Igualdade Racial. Em seu discurso, ela mencionou o seu luto, que se iniciou no dia 14 de março de 2018, data em que sua irmã foi brutalmente assassinada.

A ministra agradeceu a todas as pessoas que fizeram da “travessia do luto à luta”: “Desde o dia que tiraram a Marielle da minha vida e da sociedade brasileira, passamos a multiplicar o legado e a regar a semente da minha irmã com a criação do Instituto Marielle Franco”, disse.

De onde vieram os povos indígenas?



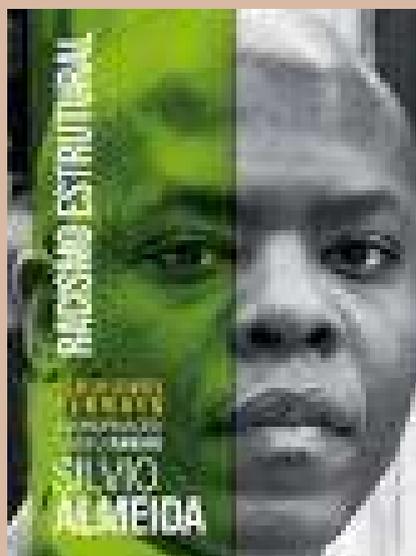
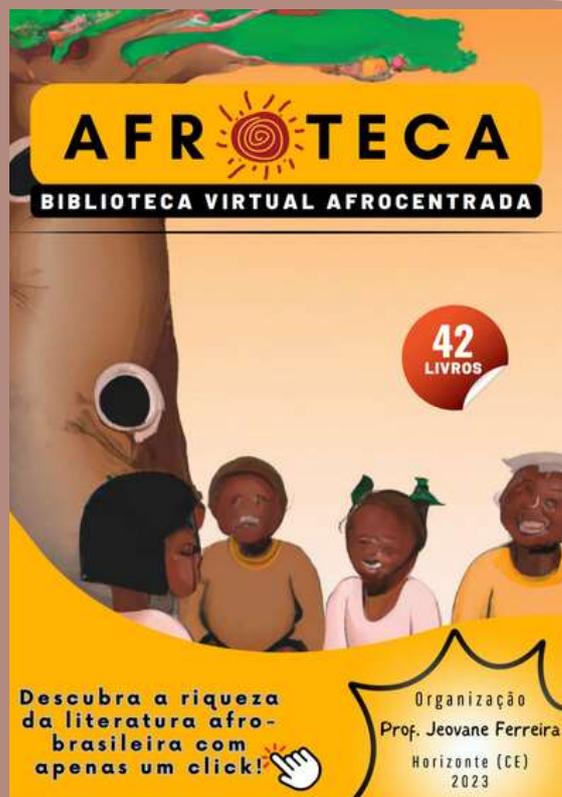
<https://www.youtube.com/watch?v=yUaVIQDTgZw>

Daniel Munduruku - @dmunduruku

O Escritor Daniel Munduruku é graduado em filosofia, história e psicologia pela Universidade Salesiana de Lorena.

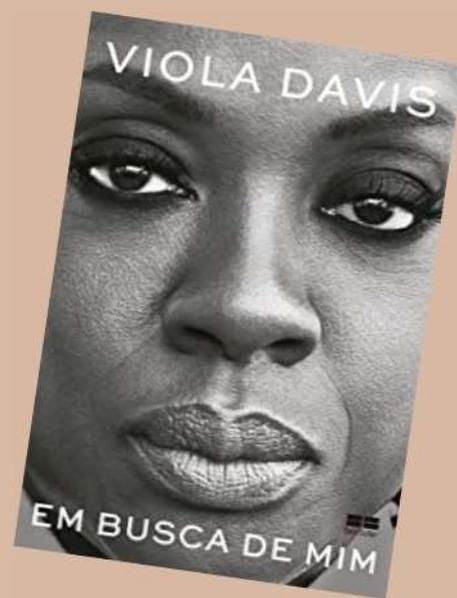


A Afroteca é uma biblioteca virtual afrocentrada que visa promover o conhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira por meio de livros infanto-juvenis com foco nessa temática.



Racismo Estrutural – Silvio Almeida

A obra trata diretamente da complexidade do racismo na sociedade brasileira. Além da questão de segurança pública, o autor apresenta dados estatísticos e discute como o racismo está na estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira, a partir do “racismo institucional”.



[Jornal da EE PEI Parque Primavera "Primavera em foco"](#)
[Clique aqui](#)

Canais Interativos

CANAL YOUTUBE: GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA



Geledés - Instituto da Mulher Negra foi criado em 30 de abril de 1988. É uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras.

Na perspectiva de atualizar essa tradição à luz das necessidades contemporâneas das mulheres negras, o Geledés vem, nestes 30 anos, consolidando as discussões sobre a problemática da mulher negra como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade brasileira e impulsionando o debate sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos.



Canal Preto

@CanalPreto 54 mil inscritos 260 vídeos

O Canal Preto é uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho / Coordig... >

Exposição

Que tal agendar uma visita para os seus estudantes?



TERRA DE GIGANTES

UMA INSTALAÇÃO IMERSIVA DE DANIEL LIMA

Com músicas, performances, entrevistas e animações, propondo uma reflexão sobre o que significa ser negro e indígena nos dias atuais. O passeio pela exposição pode contribuir de forma pedagógica e no desenvolvimento social de crianças, jovens e adultos.

Visitação

Até 3 de setembro de 2023
Terças a sextas, 9h às 21h30
Sábados, 9h às 20h
Domingos e feriados, 9h às 18h
Livre. Grátis

Visitação mediada para grupos

Informar: quantidade de visitantes, faixa etária do grupo, dia e horário de interesse.
agendamento.guarulhos@sescsp.org.br

Sesc Guarulhos
Rua Guilherme Lino dos Santos, 1200
Tel.: (11) 2475-5550

[Instagram](https://www.instagram.com/sescguarulhos) /sescguarulhos
sescsp.org.br/guarulhos

Sesc

Diretoria de Ensino Guarulhos Norte

Dirigente: Vera Lúcia de Jesus Curriel

Supervisão de Ensino

Élio de Assis

Hevelyn Canova

Núcleo Pedagógico - NPE

Almir Fernandes da Cunha Júnior - CEC/NPE

Organização e Edição Geral

Denise Monteiro Campos - PEC de Geografia

Ana Paula Madrigal - PEC de História

Diagramação e Edição

Juliana Reis - PEC de Tecnologia

Priscila Freitas - PEC de Arte

Colaboradores desta Edição

Élio de Assis

Daniel Munduruku

Nivaldete de Souza

Folhetim ERER - Publicação semestral. Uma contribuição para a prática docente e disseminação de boas ações desenvolvidas na Rede Estadual com enfoque na temática das Relações Étnico Raciais e Educação Antirracista.

Foi idealizado em 2021 pela Professora de História Lucélia Dias Roger Dias.

Diretoria de Ensino Guarulhos Norte
R. Cristóbal Cláudio Ellilo, 278 - Parque Cecap - Guarulhos - SP
Fone: (11) 2461-5750 *email:* degnonpe@educacao.sp.gov.br

